



NIETZSCHE E A HISTÓRIA DA FILOSOFIA:
OPOSIÇÃO OU CONTINUIDADE?
Giovana Carmo Temple¹

Livro: *Nietzsche e a auto-superação da crítica*

Autora: Thelma Lessa Fonseca

Editora: Humanitas

São Paulo, 2007, 163 páginas

O problema posto inicialmente pela autora deixa claro o caminho a ser perscrutado ao longo do livro: a idéia de que é possível estabelecer certa relação de continuidade entre Nietzsche e Kant a partir de relações que a nós poderiam apresentar-se como puramente contraditórias. Duas questões são formuladas a partir daí. A primeira é compreender qual o papel que Kant e Schopenhauer ocupam no processo de auto-superação da moral e qual o lugar que Nietzsche requisitaria para a sua própria filosofia, a saber, como uma filosofia que pretende uma superação dos objetivos da crítica kantiana ou uma execução acabada desses objetivos.

Tais questões são formuladas, sobretudo, nos escritos nietzscheanos posteriores a 1885. Merece destaque *Para a genealogia da moral*, abordado na primeira parte do livro. A autora coloca em debate a univocidade das interpretações que sustentam que o objetivo da *Genealogia* seria desmistificar a origem dos valores.

1. Giovana Carmo Temple é doutoranda no programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Se esta é uma questão recorrente nos comentadores de Nietzsche, Fonseca não se limita à sua exposição, tampouco a uma compreensão imediata dos objetivos e temas gerais de *Para a genealogia da moral*. A análise aí empreendida questiona em que medida o projeto genealógico pode ser denominado “crítico”, o que permite compreender o alcance da tarefa a que Nietzsche se propõe; e, neste momento, a autora é tácita: não se trata de pensar em Nietzsche “como um iluminista capaz de desvendar os véus que dissimulam uma origem escondida, o que equivale a impor sua própria tese genealógica como última” (p. 33).

Ora, se a crítica nietzscheana não pretende um esforço no sentido de desvendar origens – uma atividade “desalienadora” –, como pensa Lebrun, o termo “crítica” parece apropriado, desde que, adverte Fonseca, entendamos “por este termo o método que consiste em opor uma interpretação a seus próprios pressupostos e a suas próprias exigências metodológicas” (p. 54). Ou seja, sem que se pretenda extrair um juízo último da validade dos pressupostos.

Nesta perspectiva é que a “crítica” presente na *Genealogia* passa a ser compreendida como uma estratégia que não vê na causa a origem de um determinado valor, mas na justificativa criada para torná-lo imutável. O que se pretende salientar é que a “crítica” nietzscheana não se sustenta sobre um fundamento único, mas a partir de perspectivas diversas que encontram a sua validade em pressupostos datados pela história do pensamento.

Assim, trata-se de uma história da filosofia que luta contra o dogmatismo metafísico personalizado na história da filosofia por Platão, Descartes e Kant. É a partir destas considerações que vemos de que maneira Nietzsche inclui seu trajeto filosófico no processo de auto-superação da moral cristã, sendo a vontade de verdade (*Wille zur Wahrheit*) “o elo que liga a crítica nietzscheana à veracidade cristã” (p. 60). Pois bem, e como relacionar o que foi dito com o problema inicialmente em questão?

Este parece o primeiro ponto importante a ser considerado na relação de oposição que supõe a continuidade. Ao tomar para si a tarefa de evidenciar os limites da vontade de verdade (procedimento que tem com Kant sua plena realização já que é com ele que a consciência busca reafirmar-se como condição de possibilidade do objeto), Nietzsche descreve a impossibilidade do projeto de autoconscientização da vontade de verdade.

Mas não apenas isso. Também reconhece que seu próprio projeto genealógico representa apenas uma etapa do processo da história da filosofia, impulsionado por esta mesma “vontade”. Transpondo esta análise para as duas formas de niilismo identificadas por Nietzsche (ativo/completo e passivo/incompleto), e sabendo que o niilismo ativo supõe o passivo, Nietzsche se vê participando do niilismo ativo que, como o passivo, continua preso à vontade de verdade. Ou seja, o projeto nietzscheano mantém uma relação de continuidade com os pressupostos do pensamento por ele questionados.

A segunda parte do livro transcorre de maneira mais fluente, tendo em vista a compreensão da extensa análise que compõe a primeira parte. Um dos principais objetivos deste capítulo é mostrar que, se Nietzsche encontra-se na etapa do niilismo ativo, é a partir desta contextualização histórica que a sua crítica ao dado da sensibilidade pura se fundamenta, uma vez que este tema não foi, segundo Nietzsche, seriamente tratado por nenhum tipo de pragmatismo ou empirismo. Mas, como observa a autora, a crítica de Nietzsche ao dado da sensibilidade não tem outra pretensão senão a de “entender quais são os pressupostos e problemas morais incutidos em cada uma das teorias do conhecimento pretensamente definitivas” (p. 125).

Assim, e aqui talvez esteja o argumento da autora que reitera a possibilidade de uma contradição que supõe a continuidade, ao perscrutar o dado da sensibilidade, Nietzsche, ao mesmo tempo em que não se esquiva das mesmas questões impostas pela história do pensamento, irá questionar as razões pelas quais a tradição filosófica não buscou problematizar a própria necessidade da verdade.

Neste processo, a superação do niilismo passivo à consecução do niilismo ativo só será possível, explica a autora, após “perseguir até as últimas conseqüências os ideais inalcançáveis do conhecimento que orientam nosso pensamento, até que a vontade de verdade ceda seu lugar para a aceitação do devir e para uma atividade fundamentalmente criativa” (p. 125).

A terceira e última parte do livro apresenta uma leitura concisa do eterno retorno, motivada pela própria crítica que dirige a autora à atenção demasiada que a literatura de comentário dedica a este tema. Aqui, a suspeita da plausibilidade de uma interpretação cosmológica acerca do eterno retorno é justificada pela autora, bem como ao longo de todo texto quando se remete aos comentadores

de Nietzsche. A idéia de que tudo retorna de fato supõe uma noção absoluta de tempo, sendo que, em Nietzsche, é clara a recusa de uma idéia de progresso em direção a um fim. É a desconstrução da idéia de tempo linear que viabiliza a realização da auto-superação da moral e, portanto, “a aceitação do devir como *amor fati*”, que sintetiza o repúdio a uma exigência de leis transcendentais que expliquem a efetividade (p. 141).

Esta leitura do eterno retorno vai ao encontro do esforço nietzscheano em superar o niilismo passivo, na medida em que a necessidade do dado é questionada pela própria vontade de verdade. Essa crítica ao dado da sensibilidade ganha contornos de uma crítica política quando a autora traz ao diálogo a análise “da crítica à linguagem à recusa da noção de dado” que Adorno retoma em Nietzsche (p. 143).

O leitor irá encontrar neste livro uma interpretação rigorosa dos escritos nietzscheanos relacionados à crítica da noção do dado, que não se limita aos textos usualmente citados na literatura de comentário, mas que remete a importantes passagens dos escritos póstumos. Com perspicácia, Fonseca nos leva a compreender de que maneira a crítica nietzscheana à história da filosofia pode ser pensada como uma relação de oposição que supõe a continuidade.